



Cartaz do 13º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, 2010 - CFESS.

Maria de Fatima Cabral Marques Gomes\*

## **Paulo Freire e o Serviço Social no Brasil – elementos do pensamento freiriano para superação do conservadorismo na profissão**

**Resumo:** Este artigo analisa os conceitos de conscientização em Paulo Freire e no Método de Belo Horizonte para melhor entender a contribuição desse autor para a superação do conservadorismo no Serviço Social, no contexto social da época.

**Palavras-chave:** Paulo Freire; Método de Belo Horizonte; Serviço Social.

**Abstract:** This article reviews the concepts of consciousness in the Paulo Freire and in the Belo Horizonte Method in order to better understand the contribution of this author to overcome the conservatism in the Social Work, based on the social context of that period.

**Keywords:** Paulo Freire; Method of Belo Horizonte; Social Work.

### **Introdução**

A crise das ciências sociais, a partir da segunda metade da década de 1960, é um fenômeno internacional que guarda particularidades na realidade brasileira e tem como pano de fundo o esgotamento de um padrão de desenvolvimento capitalista. O processo de busca de novos fundamentos para diferentes profissões com intervenção no social atinge também o Serviço Social, por meio do Movimento de Reconceituação, e é alimentado por forças endógenas e exógenas à profissão que se mobilizam para conferir à intervenção do assistente social uma nova legitimidade. A dimensão política e pedagógica da profissão, resgatada na reconceituação, faz confluir Serviço Social e Educação. É nesse contexto que surge o Método de Belo Horizonte, na primeira metade da década de 1970, durante a ditadura militar. Na experiência belorizontina, conscientização, organização e participação colocam-

.....  
\* Doutora em Serviço Social, pós doutora em Estudos Urbanos, Université de Toulouse-Le Mirail. Professora titular da Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro e Pesquisadora do CNPq. Endereço Postal: Avenida Pasteur, 250. Fundos, Urca. CEP: 22290-240. Rio de Janeiro, RJ. Endereço Eletrônico: fcmgo mes@gmail.com

se como pontos centrais e estão diretamente ligadas à influência de Paulo Freire. A concepção freiriana sobre conscientização ao valorizar o saber popular diferia da concepção dominante, visto que negava a função de intelectual como portador e produtor de consciência, cujo trabalho é de conscientizar as massas. Essa concepção se consolida durante os trabalhos do autor, após o exílio, com obras que traduzem uma maior aproximação ao catolicismo radical e a influxos marxistas. É justamente nesse período que a influência de Freire se refrata no Serviço Social por meio do método BH.

Nesse artigo, procuraremos discutir os conceitos de conscientização no quadro mais geral do pensamento do autor, mesmo cientes da complexidade dessa tarefa, uma vez que o pensamento de Freire constitui uma síntese de diferentes experiências e tradições filosóficas. Buscamos ainda identificar os elementos teóricos elaborados por Freire, incorporados ao método BH, para melhor compreensão da formulação do método belorizontino, possibilitando uma percepção do significado dessa proposta no contexto social da época.

#### **Conscientização e Mobilização Política das Classes Populares no Período que Antecedeu o Golpe Militar de 1964 no Brasil**

A consciência do subdesenvolvimento começa a esboçar-se no final da década de 1940, amplia-se nos anos 1950, por meio de toda uma mobilização em torno da erradicação do analfabetismo e em prol da chamada “Educação de Adultos”. No Brasil, a *alfabetização de adultos* e, articulada a ela, o *voto do analfabeto* foram bandeiras de luta para políticos e oligarcas tradicionais que buscavam ampliação de seus currais eleitorais; para a esquerda brasileira, interessada na alteração do equilíbrio de forças ao nível político; e para a Igreja Católica, preocupada em alargar seu campo de evangelização para além da educação das elites (QUIROGA, 2000). Esses diferentes atores mobilizaram as classes populares que também incorporaram essas bandeiras de luta. Essa mobilização é alargada com o apoio do governo populista de João Goulart (1961/1964).

As ideias de Paulo Freire, sobretudo as sistematizadas nas obras *Educação como Prática da Liberdade* e *Pedagogia do Oprimido*, evidenciam o processo de conscientização e mobilização política das classes populares no Brasil no período que antecedeu o golpe militar de 1964. Para Weffort (apud FREIRE, 1999), o pensamento engajado de Paulo Freire nasce como uma das expressões da emergência política das classes populares e, ao mesmo tempo, conduzem a uma reflexão e a uma prática dirigida sobre o movimento popular. Em diversos desses trabalhos, se destaca a importância do complexo período histórico pré-1964, marcado pela ampliação da *consciência do subdesenvolvimento brasileiro*, pela *ascensão do popular* e pela *reivindicação por mudanças estruturais* que permitissem a inserção das classes subalternas no processo de desenvolvimento. A educação de adultos, conforme mencionamos anteriormente, e a promoção da cultura popular por meio da conscientização eram encaradas por muitos intelectuais – inclusive o próprio Freire – como forma de mobilização política das massas populares.

O populismo foi a forma política mediante a qual teve lugar uma experiência democrática que, iniciada em 1930 e interrompida pelo Estado Novo, só iria terminar

em 1964. Foi ainda a estratégia política para encaminhar o projeto nacional desenvolvimentista. O governo Juscelino Kubitschek (1956-1961), ainda que eleito com base em uma plataforma nacional-desenvolvimentista, implementou um modelo de desenvolvimento associado ao financiamento e à parceria do capital estrangeiro. Esse modelo de desenvolvimento associado se constituiu na própria condição da expansão industrial para os países periféricos, particularmente na América Latina. Tais problemas se constituíram em alvo privilegiado de discussão pelo Instituto Superior de Estudos Brasileiros – ISEB. Criado em meados da década de 1950, esse instituto tomou o nacionalismo como ideologia oficial, ao defender um projeto de desenvolvimento capitalista nacional autônomo. Segundo o ISEB, o desenvolvimento não poderia ser alcançado sem um amplo processo de tomada de consciência, não apenas do que era a realidade brasileira, tal como a definia, mas também do que se deveria fazer com ela. Dessa forma, a conscientização era posta como condição para o desenvolvimento. Para alcançar a consciência nacional, era necessário um grande esforço educacional voltado às classes populares.

Para o ISEB e para grande parte dos intelectuais brasileiros, a revolução no país exigia como etapa necessária a consolidação do capitalismo. Contudo, o desenvolvimentismo, no contexto do capitalismo, só podia se realizar por meio do aprofundamento das relações de dependência entre os países centrais e as periferias, no qual a internacionalização da economia era uma das suas expressões. A experiência juscelinista de desenvolvimento associado levou a uma recusa do desenvolvimentismo como ideologia burguesa dentro do próprio ISEB, tendo algumas de suas correntes concluído pela necessidade de uma revolução, dado o aumento da miséria nacional, defendendo então as reformas de base. A influência do ISEB começou a declinar no princípio da década de 1970, época em que a instituição passou a sofrer um processo de divisões internas e sua ideologia nacionalista tornou-se alvo de ataques de setores radicais da esquerda.

As contradições postas pelo governo de Juscelino se arrastaram até os governos de Jânio Quadros (1961) e João Goulart. Não havia condições políticas e econômicas para a conciliação entre ideologia nacionalista e capitalismo associado ou dependente. A crise política se manifestou por meio da radicalização bastante acentuada das posições dos partidos políticos de esquerda e direita em relação às orientações a serem dadas referentes aos assuntos econômicos e políticos nas relações internas e externas. Ao mesmo tempo ocorreu uma intensa politização das massas urbanas – classe média, proletariado e parte dos estudantes universitários –, acelerada pelas frequentes campanhas de reivindicação salarial nas assembleias, nos debates e nos comícios, com o aprofundamento do debate político sobre as reformas de base – agrária, tributária, universitária e outras. Basicamente estavam em questão as propostas dos grupos favoráveis à formação de um sistema capitalista de tipo nacional, dos segmentos que propunham o desenvolvimento associado, que aprofundaria a dependência, e das forças que lutavam pela socialização (por meio da estatização progressiva da economia nacional), que foi ganhando força na medida em que a crise se agravava.

Esses debates tiveram lugar ainda nos Movimentos de Cultura Popular (MCP), que tomaram impulso no governo de Goulart. Os movimentos que surgiram na pri-

meira metade da década de 1960, voltados para a promoção popular, prendiam-se às condições políticas e culturais vividas pelo país naquele momento. Deles participaram liberais, setores das esquerdas marxistas e católicos orientados pelos novos rumos abertos pela reflexão de filósofos cristãos europeus e pelas transformações que se anunciavam na doutrina social da Igreja. A maior parte era oriunda da Ação Católica e da Juventude Universitária Católica – JUC. O processo de radicalização ideológica da JUC, no período que antecedeu o golpe militar de 1964, desaguou na criação da Ação Popular (AP), que, tendo originalmente um caráter político da esquerda cristã católica, incorporou pouco a pouco algumas propostas da tradição marxista. Em linhas gerais, esses movimentos em prol da cultura popular pretendiam a transformação das estruturas sociais, econômicas e políticas do país, buscando a construção de uma sociedade mais justa e mais humana, fora dos supostos da ordem vigente. Além disso, fortemente influenciados pelo nacionalismo, pretendiam o rompimento dos laços de dependência do país com o exterior e a valorização da cultura autenticamente nacional, a cultura do povo. Para tanto, a educação parecia um instrumento de fundamental importância. Os trabalhos de educação popular que mais se destacaram no período foram: o Movimento de Educação de Base (MEB), os Centros Populares de Cultura (CPCs) da União Nacional dos Estudantes (UNE) e o Movimento de Cultura Popular do Recife.

O Movimento de Cultura Popular foi criado no Recife, em maio de 1960, por um grupo de estudantes universitários, artistas e intelectuais – dentre os quais Paulo Freire – que se aliaram ao esforço da prefeitura da capital no combate ao analfabetismo e na elevação do nível cultural da população, buscando também aproximar a juventude e a intelectualidade ao povo, sob a influência de ideias socialistas e cristãs. Tinha como objetivo principal encontrar uma prática educacional brasileira, ligada às artes e à cultura popular, que enfatizasse a conscientização das massas, por meio de programas de alfabetização de adultos e educação de base. Expressava uma nova filosofia cristã que num duplo movimento buscava libertar-se dos princípios da filantropia e do assistencialismo, procurando aprender com o povo por meio do diálogo, sem impor seus padrões culturais (PAIVA, 1983). Suas ideias e sua prática difundiram-se pelo país, influenciando sobre os CPCs que, principalmente a partir do Encontro Nacional de Alfabetização e Cultura Popular, começaram a rever suas formulações teóricas. Além disso, o MCP de Pernambuco representou uma etapa importante no desenvolvimento das ideias presentes na teorização e na metodologia elaborada por Paulo Freire.

O MEB, uma organização ligada a Igreja Católica (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB), foi criado com o apoio do Governo Federal, em 1961. Seus quadros eram formados basicamente por pessoas provenientes da Ação Católica. Assim como o MCP, o MEB iniciou suas atividades nos estados do Nordeste, seguidos do Norte e do Centro-Oeste, difundindo-se, logo a seguir, pelo resto do país. Centrava-se num sistema de rádio-escolas, utilizando as emissoras da Igreja. Era mantido, ao nível local, por pessoal treinado. Posteriormente, o MEB definiu-se como movimento de mudança social engajado com o povo. Para esse Movimento, “o trabalho educativo deveria [...] visar a conscientização, a mudança de atitudes e a instrumentação das comunidades; a educação de base precisava transcender a mera escola rádio-

fônica e atuar mais profundamente sobre as comunidades rurais” (PAIVA, 1983, p. 242)

O CPC, por sua vez, nasceu de uma série de discussões travadas por um grupo de jovens intelectuais e artistas ligados ao Teatro de Arena à época de sua transferência para o Rio de Janeiro, vindo de São Paulo. Seus componentes estavam preocupados com a crescente marginalização do artista face ao povo e sentiam a necessidade de fazer chegar sua arte e mensagem política no próprio ambiente e local de moradia da população. Em 1961, o CPC contatou a UNE, que era bem organizada nacionalmente, com a finalidade de apresentar sua proposta de trabalho e conseguir apoio. Em contraste com o MCP e o MEB, as atividades do CPC centravam-se nas grandes cidades do Sul, somente mais tarde difundiram-se em outras regiões.

O MCP e o MEB tinham concepções pedagógicas bastante similares, assentadas em fundamentos filosófico-ideológicos que atribuíam ao povo a responsabilidade de escolher sua própria direção política. O CPC, por sua vez, baseava-se numa concepção diversa. Encarava a cultura popular como algo feito para o povo, envolvendo uma politização do conteúdo das formas de expressão artística, como instrumento que deveria ser utilizado pelos intelectuais e a elite para acelerar o curso da história (LIMA, 1981). Essa visão das classes populares como alienada e dos intelectuais como portadores da consciência estava também presente no ISEB, que considerava a ação social, sobretudo a ação social revolucionária, como consequência da consciência. Apesar das divergências, os diversos CPCs se uniam em torno do objetivo principal, o de contribuir para o processo de transformação da realidade brasileira, principalmente por meio de uma arte didática de conteúdo político.

O pensamento freiriano parece ter influenciado a maior parte dos trabalhos de educação popular exercidos pelos profissionais da área no período em questão. Apesar das disparidades de orientações, os movimentos de cultura popular chegaram a trabalhar juntos e o resultado final, dentro das circunstâncias políticas da época, foi basicamente o mesmo: uma significativa mobilização política das massas populares, tanto nas cidades como nas zonas rurais, por meio da conscientização. Segundo Weffort (apud FREIRE, 1990), essa mobilização por meio da alfabetização não tinha objetivos políticos determinados, mas sem nenhuma dúvida resultou em uma crítica prática da tradicional situação de marginalidade em que se encontravam as massas no país, contribuindo para a afirmação da luta dos “excluídos”. A experiência política da primeira metade dos anos de 1960, no Brasil, foi de tamanha importância que, anos mais tarde, na década de 1970, cristaliza-se na obra de Paulo Freire e repercute na prática do Serviço Social com o método BH.

### **O Trabalho e as Ideias de Freire**

Evidentemente, é impossível, mesmo sinteticamente, reproduzir o pensamento freiriano tendo em vista os limites desse texto. Inicialmente assinalaremos algumas dimensões que indicam sua condição de referência no campo da educação, dos movimentos sociais e da mobilização político-cultural vivida na (e pela) sociedade brasileira da época para entender sua contribuição no Serviço Social.

A produção teórica de Paulo Freire se enriquece, sobretudo, nos anos de 1970, em pleno exílio, quando sistematiza sua experiência desenvolvida junto aos anal-



fabetos pobres no Brasil, por meio do método capaz de alfabetizar em apenas 40 horas. Como um dos fundadores do MCP em Pernambuco, Freire inicia seus trabalhos utilizando duas instituições que constituirão as bases do seu método: os círculos de cultura e os centros de cultura, que por meio de grupos de debates e recursos visuais objetivavam discutir situações problemáticas. No Serviço de Extensão Cultural da Universidade do Recife, como seu primeiro diretor, tem oportunidade de se apropriar de uma visão mais ampla dos problemas sociais. Em junho de 1963, Freire foi convidado pelo Ministério da Educação para coordenar um grupo de trabalho encarregado de elaborar um plano nacional de educação de adultos. O Plano Nacional de Alfabetização era um programa de alfabetização em massa, lançado sem grande preocupação com a continuidade das atividades educativas sistemáticas: os círculos de cultura, após a etapa de alfabetização em 40 horas pelo Método Paulo Freire, deveriam converter-se em organizações políticas de massa (PAIVA, 1983). O referido plano, apesar de aprovado, nunca foi posto em prática em decorrência do Golpe Militar de 1964. Freire e seu método foram considerados subversivos pelos militares, já que esse método não apenas dava resultados em pouquíssimo tempo, mas, acima de tudo, possibilitava que os analfabetos pobres tomassem consciência de sua condição social. Sem dúvida, a proposta pedagógica freiriana leva o educador e todo profissional a se engajar social e politicamente na luta pela transformação das estruturas opressivas da sociedade classista.

Paiva (1980) assinala que o método deriva diretamente de ideias pedagógicas e filosóficas mais amplas: não era uma simples técnica neutra, mas todo um sistema coerente no qual a teoria informava a prática pedagógica e os seus meios. Assim, constitui-se em tarefa extremamente árdua a discussão de todos os elementos que compõem o pensamento de Freire, dado os múltiplos influxos teóricos e filosóficos refratados em sua obra. Essas ideias foram revistas e desdobradas numa evolução teórico-ideológica em que a referência ao catolicismo radical toma uma relevância crescente. Discutimos aqui apenas algumas ideias centrais do pensamento, sobretudo as que gravitam mais proximamente em torno da conscientização, destacando a influência do ISEB e do catolicismo radical na elaboração dessa concepção. Na verdade, Freire, conforme demonstra o trabalho de Paiva (1980), inicialmente, recebeu forte influência da filosofia existencialista, quer por meio do trabalho do ISEB quer, sobretudo, pelo seu envolvimento com o catolicismo radical brasileiro dos anos cinquenta e início dos anos sessenta do século passado. Essa influência do ISEB se reflete, principalmente, nas posições do educador sobre a questão democrática no Brasil, bem como em suas primeiras formulações em torno do conceito de consciência. A partir dos isebianos históricos, Paulo Freire problematiza a inexperiência democrática da sociedade brasileira, destacando falta de vivência da população na participação na coisa pública e a necessidade da inserção crítica do homem brasileiro no processo de democratização. Para o autor, o desenvolvimento implica um processo de conscientização. Dessa forma, o conceito de conscientização dos isebianos torna-se central, embora esse conceito tenha evoluído em outra direção durante a trajetória freiriana, conforme será visto mais adiante.

Paulo Freire refuta a concepção da educação como processo de adaptação do indivíduo à sociedade. Pensa que homem deve ser o sujeito da sua própria edu-

cação, não podendo ser o objeto dela, concluindo que ninguém educa ninguém. Seu compromisso de católico radical com a justiça social é a fonte imediata da dimensão política do seu trabalho. Nesse sentido, um dos autores marcantes na elaboração de seu pensamento é Emanuel Mounier, que articula profundamente a revolução espiritual à revolução política e econômica de natureza anticapitalista. A revolução personalista pregada por Mounier exige engajamento político. Freire chegou a criticar a Igreja por falar em humanização do capitalismo em vez de sua total superação (LIMA, 1981).

O assistencialismo foi um dos pontos que mereceu atenção e crítica por parte de Paulo Freire. Opunha-se ao assistencialismo por contradizer a vocação natural da pessoa – a de ser sujeito e não objeto, por fazer de quem recebe a assistência um objeto passivo, sem possibilidades de participar do processo de sua própria recuperação. Para ele, no “assistencialismo não há responsabilidade. Não há decisão. Só há gestos que revelam passividade e domesticação do homem” (FREIRE, 1979, p. 66).

As ideias de Freire implicam também uma rejeição frontal da concepção positivista da ciência e da pesquisa. Em sua pedagogia, educar é essencialmente um ato político. Desenvolve uma teoria para entender o povo e lidar com ele, e por isso sua importância se estende a todas as profissões que lidam com o social, inclusive o Serviço Social. Quiroga (2000) aponta os principais elementos da produção teórica de Paulo Freire:

- *Análise social crítica* da sociedade brasileira, do caráter opressivo de nossa formação social refletido na estrutura de classe e nas condições e limites de nossa inexperiência democrática. Reflexão acerca de nosso processo civilizatório, do sentido e do papel da educação crítica nesse contexto.
- *Reflexão filosófica* sobre os processos de humanização/desumanização; níveis de consciência e história; conhecimento; prática social e liberdade, bases de sua concepção e intencionalidade pedagógica. Estruturação de ideias sobre conscientização e dialogicidade como bases e objetivos da pedagogia de alfabetização e ação política e cultural.
- *Reflexão antropológica* acerca da cultura; da ação cultural; da arte de estudar e dos modos de ensino em que foram retomadas e criticadas às concepções prevalentes sobre os analfabetos e os processos de alfabetização.
- *Ação/reflexão prático-pedagógica*. Elemento fundamental do pensamento freiriano, para o qual a melhor maneira de refletir é pensar a prática e retornar a ela para transformá-la. Pensar a realidade e a ação sobre ela, articulando *teoria e prática*.

Quiroga (2000) assina, ainda, que Freire estende a ação educativa a distintos profissionais (não apenas aos pedagogos) e a diferentes instâncias institucionais (não apenas às escolas) comprometidas com o processo de mudança. Nesse sentido, enfatiza o caráter não neutro e político do fazer cultural e pedagógico, indicando a necessidade de estratégias, táticas e metodologias de ação, sendo que algumas delas serão refratadas no Método de Belo Horizonte. Para essa autora, Paulo Freire,



apesar não ter sido um revolucionário, visto que não propôs mudanças radicais na estrutura de poder e das relações sociais de produção, foi, entretanto, *persona*, no sentido de Marx, isto é: *representou forças sociais, processos e ideários de uma dada condição histórica de forma marcante*. Não foi por acaso que a ditadura tentou expurgá-lo do cenário do pensamento social.

### **O Método de Belo Horizonte – a dimensão político-pedagógica do Serviço Social**

Na década de 1960, no auge de uma série de fenômenos econômicos que mostraram as deformações do modelo de desenvolvimento urbano-industrial latino-americano, os movimentos sociais e políticos fizeram pressão para se obter uma nova estrutura de poder. Nesse contexto, as ciências sociais evidenciaram suas próprias limitações em seu papel de instrumentos adequados às transformações que o processo histórico assinalava. No Serviço Social, profissionais e estudantes, convencidos da inoperância da profissão frente aos problemas sociais impulsionaram o Movimento de Reconceituação do Serviço Social na América Latina. A despeito da heterogeneidade de projetos teórico-políticos, o movimento tem como ponto comum a busca da construção de um Serviço Social novo. No Brasil, as bases sociopolíticas do Movimento de Reconceituação em suas vertentes críticas estavam contidas e postas na democratização e no movimento das classes exploradas e subalternas derrotadas com o golpe militar de 1964. No propósito de reconceituar a profissão em uma perspectiva crítica, a partir de novas bases teóricas e ideológicas, é construído o Método de Belo Horizonte, em plena Ditadura Militar. Com o Método BH, a prática do Serviço Social passa a ser analisada a partir das implicações políticas do papel desse intelectual vinculado a um projeto de classe. Há, pois, uma insistência marcante em refutar a desigualdade, a exploração social, a dependência e a dominação política, assim como em exaltar o compromisso com as classes desfavorecidas, a necessidade de organização, de mobilização popular e de denúncia do caráter classista da profissão do Serviço Social. Trata-se de uma alternativa global às práticas assistencialistas. Elaborado com referência à tradição marxista, contém dimensões políticas que se confrontavam com a ditadura (NETTO, 1991).

O grupo formulador do método tinha uma trajetória similar a de Paulo Freire. A maioria dos formuladores de BH era proveniente da JUC e da Ação Popular. A experiência anterior de seus membros incluía trabalhos com o MEB, a Sindicalização Rural, o CPC e os Círculos de Cultura, bem como contatos com o exterior, que possibilitaram uma aproximação com experiências externas (em 1969 com Método Básico no Chile) e com intelectuais preocupados com educação popular (Aníbal Quijano, Raul Prebisch e Paulo Freire). Assim, respondendo à particularidade da conjuntura brasileira, estava sintonizada com as vanguardas renovadoras mais críticas da América Latina.

Em BH, como em Freire, a meta é a transformação da sociedade e do homem. Tais propósitos, no entanto, estão além das possibilidades do trabalho do Serviço Social, o que poderia resvalar em um voluntarismo idealista. A formação teórica e a qualificação operativa estão subordinadas aos objetivos, aos valores, às intencionalidades éticas ou políticas. Segundo Santos (1987), os formuladores desse mé-

todo desejavam formar profissionais críticos comprometidos com o seu povo. O Serviço Social se elabora, assim, marcado por uma eticidade cristã, ao mesmo tempo em que se vincula à marcha inexorável da revolução proletária. Na consecução da meta final de transformação da sociedade e do homem são considerados objetivos-meios: conscientização, organização e capacitação. Para os formuladores de BH, existe uma interrelação entre os objetivos-meios:

a organização se fortalece à medida em que os grupos desenvolvem o nível de consciência que têm de sua realidade concreta, e ao passo que se tornam capazes de propor projetos específicos necessários à consecução de um projeto global da sociedade que se pretende alcançar” (SANTOS, 1987, p. 44).

Esse processo, conforme o Método, é condicionado pela prática social. No existencialismo cristão filtrado por Paulo Freire, encontramos a noção de consciência. Segundo os formuladores de do Método BH, é graças à consciência que se têm condições de transformar o mundo. Entendem que o papel do Serviço Social é o de organizador da consciência social coletiva. Pode-se aí vislumbrar um intelectual de novo tipo, um intelectual orgânico próximo à concepção gramsciana.

Na realidade, na experiência de Belo Horizonte todos os objetivos-meios surgem articulados ao pensamento de Paulo Freire, filtrados com uma lente maoísta. Mao escreveu, como dirigente político, em um contexto social e cultural inteiramente diverso. Entre outros problemas colocados a partir da leitura de Mao encontra-se o viés da prática política que embaçou a especificidade da prática profissional. O centro da concepção dos formuladores de BH é que a ação profissional é uma ação fundamentalmente política. Essa postura confunde as atribuições profissionais com as do militante político. Assim, é redefinido o papel do Serviço Social numa dimensão político-pedagógica, colocando como objeto da atuação profissional a ação social da classe oprimida, recorrendo à teoria do aprendizado de Paulo Freire. O elemento determinante para orientar a ação não é a questão teórica, mas a questão de natureza claramente política. A despeito de qualquer crítica, o Método BH tem o mérito de, pela primeira vez, ter explicitado o caráter político da prática profissional. Foram ainda utilizados como aportes teóricos autores clássicos, como Althusser, Vasquez e Kosic.

No Método BH, a prática é considerada fonte de teoria. Essa valorização da prática leva a uma confusão entre sistematização da prática e teoria. A sistematização é a base para novos conhecimentos teóricos, mas em si, não é a própria teoria. A formulação de BH pode levar a um praticismo, pois valoriza o conhecimento que passa imediatamente referenciado à prática. A correlação de prática como fonte de teoria acaba deslocando a centralidade da teoria. Na experiência belorizontina, a prática profissional leva à prática teórica, revelando uma inflexão própria do pensamento de Althusser.

Em BH, o método é proposto em uma perspectiva dialética. No entanto, o esforço de sistematização metodológica acaba enveredando pela mesma lógica formalista que pretendia superar. Sem dúvida, a experiência belorizontina, ainda que se considerem os equívocos contidos na proposta, representou um avanço para

o Serviço Social, contribuindo para a superação do conservadorismo, já que realizou uma crítica ao teorismo e aos métodos de pesquisa sociológica positivistas; demonstrou a necessidade de se vincular o trabalho de pesquisa a um processo imediato de organização e mobilização popular e da indispensável convivência com a população, por meio da crença de que a verdade revolucionária está contida no povo.

### **Conscientização em Paulo Freire e no Método BH**

Tanto na pedagogia de Paulo Freire como na proposta de BH, a conscientização é um elemento fundamental. É importante ressaltar que a concepção de consciência e do processo de conscientização, em Freire, revela uma evolução que ocorre sob o impacto da mobilização política e ideológica do período em que o método é aplicado no Brasil, no seu contato direto com a prática e com a revisão teórica que o autor realiza no exílio. Os elementos identificados no Método BH que correspondem às ideias de Paulo Freire referem-se ao período do exílio. Em um primeiro momento, a obra de Freire é fortemente influenciada pelo existencialismo e pela ideologia nacionalista do ISEB. A consciência é vista como processo cognitivo em que entram em relação sujeito e objeto ou um processo que envolve intersubjetividades, como processo ideológico/abstrato, como capacidade ideativa, como elemento prévio para a transformação das estruturas, em que o intelectual tem um papel mais ativo, utilizando nesse processo o diálogo e a investigação como instrumentos de conscientização. É uma concepção marcada por um pensamento autoritário e iluminista, conforme analisa Paiva (1980), que coloca o intelectual como portador da verdade para um povo considerado alienado. A grande preocupação de Freire nesse momento são os estados de consciência.

Assim, para Freire, “a mudança de percepção não é outra coisa senão a substituição de uma percepção distorcida da realidade por uma percepção crítica da mesma” (FREIRE, 1979, p. 60). Ele resalta a necessidade de mudança baseado nos isebianos históricos, concebendo dois estados de consciência: consciência ingênua e consciência crítica. Consciência crítica é a representação das coisas e dos fatos como se dão na existência empírica, nas suas correlações causais e circunstanciais. A consciência ingênua se crê superior aos fatos, dominando-os de fora e, por isso, julga-se livre para entendê-los conforme melhor lhe agrada. Por outro lado, “é próprio da consciência crítica a sua integração com a realidade, enquanto que a ingênua revela-se na sua superposição à realidade” (FREIRE, 1999, pp. 134-5). Embasado em Vieira Pinto, Freire afirma que a consciência é, em sua essência, um caminho para algo que não é ela, que está fora dela, que a circunda e que ela apreende por sua capacidade ideativa. Segundo Vieira Pinto (apud FREIRE, 1981), por definição, a consciência é método, entendido no seu sentido de máxima generalidade. “Tal é a raiz do método, assim como tal é a essência da consciência, que só existe enquanto faculdade abstrata e metódica” (FREIRE, 1981, p. 61).

Para Freire, a consciência se constitui necessariamente como consciência do mundo. Ela é, pois, simultânea e implicadamente, apresentação e elaboração do mundo, contendo uma

intencionalidade transcendental que lhe permite recuar indefinidamente seus horizontes e, dentro deles, ultrapassar os momentos e as situações, que tentam retê-la, enclausurá-la. Liberta pela força de seu impulso transcendentalizante pode volver reflexivamente sobre tais situações e momentos, para julgá-los e julgar-se. Por isto é capaz de crítica. Considera os aspectos objetivos e subjetivos que envolvem o processo que devem se colocar em permanente dialeticidade (FREIRE, 1981, p. 39).

Dessa forma, entende que consciência é exatamente a unidade entre o sujeito e o objeto. Sua fonte é a realidade objetiva e tudo o que provém do mundo exterior, fora de nós. Nesse processo, entende a consciência como pré-condição para a transformação social, possibilitando às massas desvelar a realidade objetiva sob a qual deve incidir a ação transformadora. Isso deve ocorrer não pela explicação às massas, mas por meio do diálogo, que tem um caráter pedagógico e revolucionário. Em seu método, coloca o diálogo como instrumento de conscientização. A qualidade do diálogo proposto por Freire é de importância fundamental para a ação cultural revolucionária. Lima (1981) adverte que somente Freire, entre os membros da corrente dialógica, é categoricamente social, enfatizando a enorme diferença que o separa do individualismo. Freire reconhece, posteriormente, que há limites para o diálogo numa sociedade de classes em que os interesses são contraditórios. Assim, o diálogo que propõe pode ser estabelecido na sala de aula, em pequenos grupos, isto é, entre os segmentos pertencentes à mesma classe, mas nunca na sociedade global. Segundo Lima (1981), seu método é muito mais a desobediência, a suspeita, o conflito que o diálogo. Nesse sentido, a transparência do diálogo é substituída pela suspeita crítica.

Para Paulo Freire, a investigação é pedagógica, é crítica, quando objetiva a compreensão da totalidade. Considera a investigação temática conscientizadora, pois envolve a investigação do próprio pensar do povo, que se realiza de forma intersubjetiva entre os homens, referenciada à realidade. Neste sentido, é que toda investigação temática de caráter conscientizador se faz pedagógica e toda autêntica educação se faz investigação do pensar (FREIRE, 1981). A investigação coloca-se, assim, como um dos instrumentos de conscientização. Pensamos, no entanto, que se trata de uma interpretação idealista, pois não considera que o saber popular está profundamente marcado pela alienação, pela exclusão histórica daqueles que foram marginalizados pelas elites, ainda que esse saber popular tenha uma razão de ser, tenha um elemento que o legitima historicamente, mas que deve ser transcendido.

Entende conscientização como “preparação dos homens, no plano da ação, para a luta contra os obstáculos à sua humanização, para o seu engajamento no papel de sujeito da transformação” (FREIRE, 1981, p. 148). O mundo a ser transformado é ainda o mundo das consciências intersubjetivas, exigindo assim colaboração entre os homens. Segundo Freire, nessa teoria da ação, exatamente porque é revolucionária, “não é possível falar nem em ator, no singular, nem apenas em atores, no plural, mas em atores em intersubjetividade, em intercomunicação” (FREIRE, 1981, p. 150).

Aos poucos vai realizando uma autocrítica ao afirmar que conscientizar não significa, de nenhum modo, ideologizar ou propor palavras de ordem. Para ele, se a conscientização abre caminho à expressão das insatisfações sociais, é porque são componentes reais de uma situação de opressão (FREIRE, 1999). Para ele, a consciência intransitiva é a limitação da esfera de apreensão humana, enquanto que a consciência transitiva permeabiliza o homem aos desafios situados fora da órbita vegetativa. Considera que a passagem da consciência preponderante intransitiva para a predominantemente transitivo-ingênua se dá paralelamente à transformação dos padrões econômicos da sociedade brasileira. “O que nos parecia importante afirmar é que o outro passo decisivo, da consciência dominante transitivo-ingênua para a dominante transitivo-crítica, ele não daria automaticamente, mas somente por efeito de um trabalho educativo crítico com esta destinação” (FREIRE, 1999, p.70). Destaca ainda o papel do intelectual nesse processo: “o povo, por sua vez, enquanto esmagado e oprimido, introjetando o opressor, não pode sozinho, constituir a teoria de sua ação libertadora”. Somente no encontro dele “com a liderança revolucionária, na comunhão de ambos, na práxis de ambos, é que esta teoria se faz e se re-faz” (FREIRE, 1981, p. 217).

Para ele, a reflexividade é a raiz da objetivação. Se a consciência se distancia do mundo e o objetiva, é porque sua intencionalidade transcendental a faz reflexiva. Nessa linha de entendimento, reflexão e mundo, subjetividade e objetividade não se separam: opõem-se, implicando-se dialeticamente. A verdadeira reflexão crítica origina-se e se torna dialética no interior da práxis constitutiva do mundo humano – é também práxis (FREIRE, 1981, p. 9). Segundo o autor, objetivar o mundo é historicizá-lo, humanizá-lo. Ao lado da perspectiva existencialista de consciência, aponta outras dimensões políticas do processo. Para ele, ao povo cabe dizer a palavra de comando no processo histórico-cultural. Entende que conscientizar é politizar. Nessa perspectiva, ao delegar ao povo a liderança do processo revolucionário, Paulo Freire supera seus próprios inspiradores no ISEB, que consideravam o povo alienado e o intelectual como portador de consciência.

Coloca como exigência a transformação objetiva da situação opressora, sem negar o papel da subjetividade na luta pela modificação das estruturas. “A práxis, porém, é a reflexão e ação dos homens sobre o mundo para transformá-lo” (FREIRE, 1981, p. 40). Sem ela, é impossível a superação da contradição opressor-oprimido. Assim, no pensamento de Freire, a categoria “explorado” é subsumida pela categoria “oprimido”. Segundo Freire, ter consciência crítica de que é preciso ser o proprietário de seu trabalho, de que esse constitui uma parte da pessoa humana e que a pessoa humana não pode ser vendida nem vender-se, é dar um passo mais além das soluções paliativas e enganosas. É inscrever-se numa ação de verdadeira transformação da realidade para, humanizando-a, humanizar os homens. Afirma que, nesse processo, deve se considerar a realidade concreta na qual se situam os homens, as relações que mantêm entre si (FREIRE, 1981). Essa conscientização significa o começo da busca de uma posição de luta para os dominados do Terceiro Mundo. Dessa forma, verificamos uma evolução no pensamento de Freire em relação à concepção de consciência/conscientização. Originalmente o autor buscou compreender esse processo de conscientização/transformação pondo mais ênfase nos elementos ideológicos/subjetivos que nos aspectos estruturais. Posteriormente, reconhece como im-



perativa a transformação da realidade objetiva e do povo na direção do processo de transformação. A valorização do saber popular foi fundamental para a descoberta da população como sujeito político, politizando também o sentido da conscientização. Elementos novos aparecem no processo de conscientização: a modificação da situação opressora/modificação das estruturas, embora a categoria explorado esteja sempre subsumida em relação à categoria oprimido. Inclui ainda a práxis como parte desse processo de transformação e a organização de grupos. Esses novos elementos devem-se ao catolicismo radical, que se torna, de forma crescente, uma referência, e aos influxos que recebe da tradição marxista. Nesse sentido, a concepção freiriana de consciência é o resultado de uma complexa evolução de ideias que começam no Instituto Superior de Estudos Brasileiros e desembocam na Ação Popular, numa trajetória que se inicia com uma atividade meramente especulativa e chega à militância política. Analisando essa trajetória preñe de ambiguidades e contradições, podemos inferir que, mesmo depois da revisão crítica realizada no exílio, a influência do existencialismo ainda comparece quando reduz os problemas postos na realidade a uma questão epistemológica, colocando a objetividade como fruto da consciência. Nas obras elaboradas durante o exílio, apesar de se mostrar preocupado com a transformação objetiva da realidade, continua subordinando essa transformação a forças subjetivas. Freire dessa forma não supera os problemas da primeira fase, que são repostos com outro grau de complexidade.

Os formuladores do Método BH, a exemplo do método Paulo Freire, definem o papel do trabalhador social no processo de mudança como um trabalho em torno da conscientização. Embora Freire não seja sequer citado no texto de BH, conseguimos identificar inúmeros pontos de contato entre os dois métodos no que se refere à concepção de consciência. Em BH, a tomada de consciência e ação concreta são elementos indissolúveis do processo de conscientização. A conscientização é entendida, ao mesmo tempo, como um elemento condicionado pela prática desenvolvida pelo homem e um elemento condicionante da mesma. Qualquer problema ou situação concreta pode ser tomado como ponto de partida para o desencadeamento de um processo de conscientização que implica na organização de grupos. Assim, a concretização do objetivo de conscientização está relacionada ao objetivo da organização (FREIRE, 1981).

Em BH também essa conscientização se faz com a participação da população, utilizando a investigação como um instrumento. Segundo os formuladores de BH, a investigação significativa consiste em um investigar sistemático que o grupo realiza sobre sua realidade, por meio de temas relacionados à população, interrelacionando esses temas de forma a permitir uma análise global. Aparece ainda o processo de conscientização como elemento prévio ao processo de transformação, uma vez que acreditam que a discussão dos temas possibilita uma tomada de consciência da realidade por parte das pessoas que analisam, ao mesmo tempo em que as capacita a participar de seu processo de transformação. Para efetivação desse momento metodológico, BH utiliza formas de organização (discussão de grupos, círculos de cultura) desenvolvidos por Paulo Freire e outros instrumentos de investigação, criados pela população.



**A Título de Conclusão**

Entendemos que o conceito de conscientização como politização foi fundamental nas experiências realizadas por meio do método Paulo Freire e do Método BH, rompendo com visões tradicionais e conservadoras, tanto na Educação como no Serviço Social. Passados tantos anos desde a elaboração dos dois, o método Paulo Freire e o Método BH não fazem parte de um passado morto que não informa o presente. O pensamento de Paulo Freire permanece instigante para aqueles que se desafiam a transformar da sociedade. Sua obra nos interpela, nos provoca, nos sacode. Consideramos que as ideias contidas tanto no método construído por Freire como na proposta elaborada em Belo Horizonte para o Serviço Social podem ainda contribuir, no contexto atual, não como panacéia universal, mas como um instrumento, entre outros, para repensar a dimensão política da prática profissional nas propostas que visam o fortalecimento da classe trabalhadora.

## Referências

- FREIRE, Paulo. *Educação como prática da Liberdade*. 23<sup>a</sup>. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.
- . *Pedagogia do Oprimido*. 9<sup>a</sup>. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.
- . *Educação e Mudança*. 15<sup>a</sup>. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. GOMES, M. F. C. M. “(Re)significando uma profissão: Paulo Freire e o Serviço Social no Brasil”. Trabalho apresentado no Seminário Internacional “Um Olhar sobre Paulo Freire”. Universidade de Évora, Portugal, 2000.
- GRAMSCI, Antonio. *Obras Escolhidas*. São Paulo: Martins Fontes, 1978.
- IANNI, Octavio. *Estado e Planejamento Econômico no Brasil*. 6<sup>a</sup>. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.
- LIMA, Venício Artur de Lima. *Comunicação e Cultura: as Idéias de Paulo Freire*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.
- NETTO, José Paulo. *Ditadura e Serviço Social* – uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64. São Paulo: Cortez Ed, 1991.
- PAIVA, Vanilda Pereira. *Educação Popular e Educação de Adultos*. 2<sup>a</sup>. ed. São Paulo: Edições Loyola, 1983.
- . *Paulo Freire e Nacionalismo Desenvolvimentista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, Edições UFC, 1980.
- QUIROGA, A.M. “Paulo Freire e a Modernidade Brasileira”. Trabalho apresentado no Seminário Internacional “Um Olhar sobre Paulo Freire”. Universidade de Évora, Portugal, 2000.
- SANTOS, Leila Lima. *Textos de Serviço Social*. 4<sup>a</sup>. ed. São Paulo: Cortez Ed., 1987.

Recebido em 19 de março de 2011

Aceito para Publicação em 20 de maio de 2011

EM PAUTA, Rio de Janeiro (RJ), v. 9, n. 27, p. 55-69, Jul. 2011

Revista da Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro